

Retorno, recesso ou reinvenção da Geopolítica?

Monique Sochaczewski^{1*}

Olho: Há, como Fareed Zakaria afirma, aqueles que alardeiam a “ascensão do resto”, mas Bremmer ainda não os vê com capacidade de liderar o esforço cooperativo necessário para enfrentar os muitos desafios transnacionais que demandam respostas multinacionais

Resumo - É fato que vivemos momento dramático da ordem global liberal criada e liderada pelos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial, em que organizações multilaterais já não têm representatividade de fato, e mal conseguem gerir crises dramáticas como da pandemia de COVID-19 ou das mudanças climáticas. Não há consenso sobre como descrever o panorama corrente, havendo quem a denomine Segunda Guerra Fria, entendendo haver nova bipolaridade entre EUA e China; outros falam em multipolaridade, com vários polos de poder. E há ainda a ideia de multiplexidade, com combinação de grandes potências, potências regionais e atores não-estatais em que a influência não se dá pelo poder, mas pela interação. E em que medida a geopolítica, nascida na virada do século XIX para o XX, popular até a Segunda Guerra Mundial, retraída entre esta e os anos 1970, renascida então de maneira mais vaga, volta a figurar como lente válida de análise para entender conflitos? Mais que a geopolítica clássica, focada na interrelação entre interesses territoriais, poder do estado e ambientes geográficos, vale atenção à geopolítica crítica, que atenta mais para o papel do discurso e da ideologia. Essa última é sobretudo importante para tentar entender os casos correntes do papel da Rússia na invasão à Ucrânia e do Irã em ter o Hamas como *proxy* no Oriente Médio. Frente a tantas incertezas, sugere-se aqui maior atenção à complexidade russa a partir do Brasil, talvez seguindo os moldes do que já vem sendo feito sobre os estudos de China no país. Ademais, ressalta-se a importância da atenção ao cenário possível de

^{1*} Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV com estágio pós-doutoral pela mesma instituição. Pesquisadora Sênior do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), Cofundadora e Pesquisadora-Sênior do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Oriente Médio (GEPOM), e Professora Permanente do Mestrado em Direito, Justiça e Desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). E-mail: monique.goldfeld@idp.edu.br

que a guerra corrente em Gaza e o papel do Irã por trás dela possam levar a retração de fato dos EUA no Oriente Médio e os impactos que isso pode ter para países do Golfo, Bahrain em particular. E por fim, aproveitar o ensejo da chamada geopolítica popular, em que já vemos podcasts, blogs e perfis de redes sociais fazendo papel importante de debates e trazer essa agenda para as novas iniciativas da FUNAG.

Introdução

Antes mesmo da posse do presidente Lula, o Brasil já se via festejado na COP-27 em Sharm el-Sheikh, no Egito. O primeiro ano de seu terceiro mandato, em 2023, se deu com inúmeras e importantes viagens internacionais, bem como a hospedagem de evento de relevo como a Cúpula da Amazônia. O ano de 2024 se inicia com foco nos muitos debates que poderá liderar presidindo e sediando a reunião do G-20, e com os preparativos para sediar a Cúpula do Clima, a COP-30, em Belém. Com o protagonismo no G-20 e na COP-30 o Brasil levará suas pautas para o mundo e pode buscar se consolidar de fato como uma potência verde.

Mas que mundo é esse a que volta ao Brasil? Certamente um mundo mais quente, desesperado com as mudanças climáticas que já atingem a todos, mas que, infelizmente, ainda não encara o principal tema para se achar solução acordada. Ainda temos que lidar com os efeitos da pandemia de COVID-19; testemunham-se guerras com capacidades de escalada global, além dos claros impactos em energia e segurança alimentar; observa-se a mudança do eixo econômico em grande medida para Ásia; e se tornam preocupantes os efeitos da Inteligência Artificial na política e na sociedade, em especial em ano de tantas importantes eleições mundo afora. A maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial segue precisando cada vez mais de atenção e de recursos. Mais do que nunca, precisamos que cooperação e multilateralismo funcionem, mas não da forma como este último foi estabelecido nos anos 1940, em um modelo que está próximo do esgotamento e não dá conta dos problemas da terceira década do século XXI.

É seguro falar, portanto, que a Ordem Internacional estabelecida após a Segunda Guerra Mundial, liderada pelos Estados Unidos, está em transição e essa é a principal razão da disfuncionalidade corrente. Por vezes denominada “Ordem Internacional Liberal”, ou “Ordem Hegemônica Liberal”, calcou-se na economia

capitalista, na ONU, e na democracia liberal, que fez parecer que o Ocidente tinha vencido a batalha das ideias e das práticas. Em certa medida essa estrutura permitiu sete décadas sem guerras entre as grandes potências, e as instituições de Bretton Woods, a saber, o FMI (para coordenar as finanças internacionais); o Banco Mundial (para oferecer empréstimos abaixo das taxas de mercado aos países em desenvolvimento); e o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e sua sucessora, a Organização Mundial do Comércio (para promover o comércio) tiveram um papel importante. Como Graham Allison (2017 p. 49) frisa, porém, tanto no FMI como no Banco Mundial, “um - e apenas um - país tem poder de veto sobre quaisquer mudanças na forma de controle das instituições: os Estados Unidos”.

O Secretário Geral da ONU, António Guterres, enfatizou em seu discurso na abertura da 78ª sessão da Assembleia Geral justamente a incapacidade global atual de enfrentar conjuntamente os muitos desafios colocados em especial depois da pandemia de COVID-19. Lembrou que o Conselho de Segurança da ONU e o sistema Bretton Woods refletem a realidade de 1945, quando muitos países eram colônias ainda. Em sua fala, o político e diplomata português disse que não só passou da hora de renovar as instituições - tendo agora em vista as realidades do século XXI e a atenção às questões de equidade, solidariedade e universalidade - como que a alternativa a não fazer a reforma não é o *status quo*, mas mais fragmentação. Vaticinou: “Reforma ou ruptura”².

Como interpretar as razões desse panorama que para muitos é de falta de governança, disfuncionalidade, caos, fragmentação e incerteza? Da bipolaridade da Guerra Fria, para a unipolaridade do pós-Guerra Fria, e atualmente, em fase de multipolaridade e, por consequência, de instabilidade e desordem global, como entende Yuval Noah Harari?³ Ocorre de fato uma destruição da ordem anterior sem apresentação de alternativa para seu lugar, como pontua o historiador israelense e compactua o cientista político Ian Bremmer, mas dando outra denominação? Ou, na realidade, as análises clássicas calcadas nas ideias de polaridade e centradas em

² UN Secretary-General Address General Debate, 78th Session. In: https://www.youtube.com/watch?v=cJ_P43W8log . Acesso em 27/1/2024

³ https://www.youtube.com/watch?v=UzOJiqN_DpM

poder material e econômico não dão mais conta de uma análise válida para a ordem global, como vem pontuando Amitav Acharya?

Há poucas certezas, como a das mudanças climáticas correntes, e muitos pontos de interrogação para interpretar o mundo neste início de 2024. Há os que estão desesperados com o pulular de tantas crises e, ao mesmo tempo, temerosos pelo claro fracasso da liderança dos EUA e pela falta de efetividade da ONU. Há, porém, quem esteja mais otimista, embora com cautela, acreditando que o multilateralismo na realidade se reinventa, atendendo melhor às demandas dos não-ocidentais. Tentaremos, pois, trazer várias lentes possíveis de interpretação sobre a atual situação da ordem global e algumas questões para pensarmos os desafios geopolíticos correntes e encerramos com algumas sugestões de pontos de atenção para o Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

Bipolaridade, Multipolaridade ou Multiplexidade?

A tal Ordem Internacional liderada pelos Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial está em transformação e há poucas dúvidas sobre isso. As dúvidas e debates se dão, porém, em como melhor definir tal ordem, e se em seu lugar ascende nova bipolaridade, multipolaridade ou multiplexidade, e como se pode interpretar a competição entre Estados Unidos e China.

Bipolaridade e a retórica da Guerra Fria: esse debate em grande medida se baseia em lentes neorrealistas, enfatizando a alta política, a grande estratégia e considerações de equilíbrio de poder no sistema internacional, questões econômicas ou domésticas se colocam como menos relevantes. Realistas levam em consideração concepções absolutas de soberania e entendimento dos territórios dos Estados-nação como fixos.

Para o historiador escocês Niall Ferguson já estamos em uma Segunda Guerra Fria desde 2018. Ele entende essa data como início por conta da escalada nos desentendimentos do governo dos Estados Unidos com a marca chinesa de celulares e equipamentos de telecomunicações Huawei. Para Ferguson, mesmo que EUA não use o termo Guerra Fria, ela acontece mais rapidamente do que a primeira, e a China

é a clara adversária e maior desafio estratégico. Diferentemente da União Soviética (URSS), a China se mostra como a maior ameaça por razões econômicas e tecnológicas. Em sua avaliação, trata-se de guerra global em que os EUA deveriam ser capazes de conter a China em todos os lugares, em especial protegendo de espionagem industrial as suas tecnologias, contendo semicondutores para a China e focando em inovação⁴. Ferguson entende que haverá enfrentamento crescente entre EUA e China em diversos cenários. O governo Biden, lhe parece, porém, mais preocupado com inimigos internos do que externos, e o país dividido se mostra ruim até porque “esse não é um problema que a China tenha”. Ferguson vai além e diz que ter um inimigo externo poderia ser bom justamente para unir internamente os EUA. Acredita haver cenário desfavorável da China atual com crescimento demográfico problemático, economia menos potente e questão de legitimidade que podem justamente levar o país a uma ação do porte da tomada de Taiwan.

Seth Schindler e um grupo de dezessete coautores também usam o termo Segunda Guerra Fria, mas com análise diferente. Para eles, a partir da abordagem da Geopolítica Crítica Econômica, e levando em conta a historiografia recente sobre a Guerra Fria, o que as duas Guerras Frias têm em comum é a centralidade do desafio à ordem internacional liderada pelos EUA. A partir de novas reavaliações sobre o papel da China na própria primeira Guerra Fria, ressaltam que o Partido Comunista Chinês chegou ao poder em 1949 calcado em projeto de largo alcance de fazer a China rica e poderosa, através de desenvolvimento industrial, influência externa limitada sobre assuntos internos chineses e buscando ser reconhecida como líder em assuntos mundiais (SCHINDLER *et al*, 2023, p. 6). A seu ver, Mao Zedong passou a achar maior ameaça à China um cerco da URSS do que o imperialismo dos EUA e isso estava por trás da abertura com Kissinger nos anos 1970.

De clamor por papel de liderança do “Terceiro Mundo”, que envolvia apoio revolucionário, a China passou a buscar cooperação internacional. Os EUA entendiam que a China também se conformava à ordem internacional liberal que eles cunharam e lideravam e, por isso, não questionaram abertamente questões de direitos humanos ou sua entrada na OMC em 2001. Para esses pesquisadores, a

⁴ Cold War II: Niall Ferguson on the emerging conflict with China - Uncommon Knowledge/Hoover Institution, 24/3/23. In: <https://www.youtube.com/watch?v=KDLTUMIR4jg> Acesso em 30/1/24

data da virada não é 2018, como sugere Ferguson, mas 2008, ano da crise econômica. A China passou a ver então os EUA como parceiro não confiável e entendia a crise como seu declínio irreversível (Schindler et al, 2023). A crise de 2008 precipitou o colapso de acomodação que existia entre Pequim e Washington desde os anos 1970. Ambas as potências com autoimagem de excepcionais, passam a ter líderes que crescentemente focam em **projetos restauradores** que aludem a passados imaginados a fim de atenuar o descontentamento que se espalhava nas suas respectivas sociedades. Na China, Xi Jinping chegava ao poder em 2012 e levava adiante projeto de reestabelecimento do Partido Comunista Chinês (PCC) no centro da economia e da sociedade em nome de um “rejuvenescimento nacional”. O objetivo era fazer a China mais forte e rica, subordinando o capital privado ao “partido-estado”. Propagava um “sonho chinês” ressaltando passado de conquistas do PCC e indicava passos lógicos futuros rumo a um destino civilizacional chinês, indicando continuidade e complementaridade das eras de Mao e Deng (SCHINDLER *et al*, 2023 p. 9-10). O status de grande potência chinesa não se reconcilia, assim, com um domínio inquestionável dos EUA. Ficava claro que tanto China como EUA se viam impregnados da ideia de que a política externa de ambos estava presa em competição de soma zero e ganhava força um choque de projetos restauradores. As narrativas são voltadas para audiências domésticas e identificam um ao outro como principal ameaça à prosperidade e ao poder. Nos EUA ganhava força um projeto restaurador fora do *establishment* político inicialmente. Era o “*Make America Great Again*” (MAGA) de Donald Trump. Apesar da estridência de Trump, na realidade, a visão da China como o verdadeiro desafio é um caso raro de consenso bipartidário. Trump começou uma guerra comercial, fez pressão contra empresas de tecnologia chinesas, em especial àquelas próximas ao PCC, e passou a criticar o multilateralismo como responsável por dragar a economia do país. Para Trump, a ênfase era nos EUA como campeão da economia global mais do que como garantidor da ordem internacional que estabelecera (SCHINDLER *et al*, 2023, p. 10). Biden manteve muitas das políticas de Trump e buscou enquadrar a disputa como “democracia contra autoritarismo.” O democrata se diferencia do republicano, porém, ao buscar aliados internacionais, como o G7, ou se comprometer com a defesa da segurança da Europa frente à invasão russa à Ucrânia em 2022.

Há uma literatura que questiona a noção de polaridade, indicando que ela não leva muito em consideração fatores que são essenciais para a ordem global como ideias, normas, lideranças ou padrões de interação. E ressalta que **multipolaridade** remete ao sistema de equilíbrio de poder europeu que foi gerido por grandes potências, envolvendo instituições multilaterais. Multipolaridade levaria em conta, assim, distribuição material relativamente igual de poder de capacidades, com três ou mais potências.

Amitav Acharya, Antoni Esteveaordeal e Louis W Goodman (2023) entendem que a ordem global deveria ser denominada de *multiplex*. A partir da análise de mais de trinta e três mil tratados e acordos internacionais assinados de 1945 a 2017 avaliaram tanto cooperação internacional como mudança no poder global, algo que até então era feito principalmente através da mensuração de comércio, investimentos e projeção de poder militar. A **multiplexidade** vê a interdependência global como de natureza crescentemente multi-assunto; entende a liderança da ordem global como multidimensional e por problema específico mais do que abrangente; vê a governança global como caracterizada por geometria variável de atores, incluindo dimensões tanto regionais como globais (ACHARYA *et al*, 2023: p. 2344).

Multiplexidade é mais ampla que multipolaridade e leva em consideração padrão de interação dinâmica entre nações grandes ou pequenas, mas também fatores ideacionais e normativos. A ordem multiplex, mais que o domínio global dos EUA, tem a combinação de grandes potências, potências regionais e atores não estatais, com crescente papel do Sul Global; mais que capitalismo de mercado ou democracia liberal, envolve também comunitarismo, ideias radicais e civilizacionais que competem e coexistem; mais do que interdependência econômica, centrada nos EUA e no Ocidente em torno do comércio e fluxos de investimentos, conta com variedade de outros atores e formas de interdependência criando padrão de interdependência global mais amplo em que custos de fracasso são maiores (ACHARYA *et al*, 2023, p. 2342-2343). Em um mundo multiplex, a influência é alcançada não através do poder, mas pela capacidade de interação da nação. Multiplexidade descreve um mundo mais descentralizado, diversificado e multidimensional. Há clara mudança econômica, declínio de confiança na liderança dos EUA na cooperação global e, assim, redução da proeminência da liderança norte-

americana no sistema de governança global e emergência de novas formas de cooperação global e regional em que nações do Sul Global têm papel crescentemente competitivo.

Emergência, notoriedade, declínio e renascimento da Geopolítica

Por um tempo, ganhou força a ideia de que a Guerra Fria teria levado ao fim da história e da geografia. Grassava no Ocidente a crença de que no pós-Guerra Fria era de interesse comum a manutenção do sistema global. A geopolítica da Guerra Fria seria substituída então por uma Geoeconomia, um termo usado para enfatizar a interseção da economia internacional, estratégia e geopolítica. Nesse novo mundo, política comercial, investimento direto estrangeiro, comércio de *commodities* e sanções internacionais, eram mais úteis do que forças militares e dissuasores nucleares (DODDS, 2019, p. 47).

O otimismo inicial acabou, porém. O 11 de setembro, a invasão ao Iraque em 2003 e a “guerra ao terror”; a crise econômica de 2008, a “Primavera Árabe” e a mudança de regime na Líbia em 2011; e a crescente desigualdade na Europa e nos EUA, estariam por trás de mudanças no panorama internacional. **Por volta do ano de 2014, voltou-se a falar globalmente em “retorno da Geopolítica” crua, informada pelo poder militar e pelos nacionalismos.** A Rússia reemergia, a China ascendia e junto com Irã e Coreia do Norte, em especial, desafiavam a Ordem Internacional ocidental. Reacendiam-se conflitos territoriais de longa data. Crescia também a perda de confiança nas qualidades do estado da democracia liberal e se percebia o fim dos dividendos da Guerra Fria. Líderes populistas, ideológicos, revolucionários e pensadores antidemocráticos em especial consideram geopolítica uma proposição atrativa. Testemunha-se a volta do nativismo, do populismo, do protecionismo e do isolacionismo (RICE, ZAGARD, 2018).

Mas o que é geopolítica? Leonel Itaussu Almeida Mello (1999, p. 74) define geopolítica como “ramo autônomo da Ciência Política que tem por objeto de estudo as relações e as mútuas interações entre o Estado e a geografia”. Klaus Dodds (2019, p. 5) lembra que há uma Geopolítica Clássica, mais amplamente praticada e que foca na interrelação entre interesses territoriais e no poder do Estado e ambientes

geográficos que influenciam as escolhas políticas dos líderes. E que há a Geopolítica Crítica que foca mais no papel do discurso e da ideológica, em que o geográfico é visto como mais fluido e sujeito a interpretação. Ela foca em como as interações entre humano e físico produzem a geopolítica. A convergência de ambas se dá na concordância de que o geográfico importa, mas o que os separa é onde e porque o geográfico importa.

O termo “geopolítica” foi cunhado em 1899 pelo professor sueco de Ciência Política, Rudolf Kjellén. Foi usado como abordagem mais realista da política internacional com ênfase no papel do território e dos recursos em formatar as condições dos Estados. Na virada do século XIX para o XX houve introdução da geopolítica científica no meio acadêmico e governamental ocidental. Para Klaus Dodds, três fatores contribuíram para fazer da geopolítica um objeto distinto: 1) nacionalismo econômico e protecionismo comercial durante a ascensão de Estados europeus que não iam bem com a natureza crescentemente interconectada da economia global; 2) potências imperiais buscavam agressivamente novos territórios na África e Ásia; 3) crescimento de universidades e estabelecimento da Geografia como disciplina.

No pós-Primeira Guerra Mundial, geógrafos e militares na Europa se engajaram com ideias geopolíticas e as relacionaram com debates mais amplos sobre colonialismo, regeneração nacional e missão imperial (DODDS, p. 22). Houve associação com nazismo e planos de domínio global, fazendo com que houvesse “culpa por associação”, em especial ao se pensar na figura do general-geógrafo Karl Haushofer. O professor de Yale, Nicholas Spykman (1893-1943), estabeleceu ideias que foram usadas na estratégia de segurança dos EUA no pós-guerra (MELLO, 1999, p. 128). Após a Segunda Guerra Mundial, porém, emigrados alemães para os EUA teriam ajudado a popularizar ideia de que geopolítica era parceira do crime nazista e o termo ficou fora de circulação entre 1945 e 1970. Henry Kissinger (1923-2023) é visto como o responsável pelo renascimento da ótica geopolítica em meados dos anos 1970. Ele fazia uso difuso e vago do termo, porém, de qualquer forma, fez a geopolítica ser novamente popular nos EUA e renovou interesse acadêmico. Zbigniew Brzezinski (1928-2017), conselheiro de segurança internacional de Jimmy Carter e que esteve por trás da decisão de financiar e apoiar a resistência à ocupação soviética

no Afeganistão a partir de 1979, baseava-se em crença geopolítica de que a expansão deveria ser contida mesmo que isso indicasse que os EUA e seus aliados regionais, como o Paquistão, apoiassem *proxies* para resistir às forças soviéticas” (DODDS, 2019, p. 32).

Nos anos 1980, geopolítica mais uma vez passou a ser sinônimo de rivalidade entre grandes potências e sinalizou a importância de os EUA perseguirem seus próprios interesses nacionais em um mundo de caráter anárquico. Na década de 1990, testemunhou-se primeiras resistências ou ressentimentos contra elites em reuniões da OMC e do G8 em Colônia, Gênova e Londres, com críticas à globalização. A crise de 2008 acelerou o questionamento por dentro, com o movimento *Occupy* e os movimentos antiglobalização e anti-austeridade. Gerou-se ressentimento em relação às elites que não anteciparam ou geriram mal a crise de 2008 e este é, em grande medida, o pano de fundo da ascensão do populismo contemporâneo.

Cerca de uma década depois, não parece ser coincidência que a ordem internacional pós-liberal coincida com a crise entre democracias liberais no Ocidente. Muitos líderes políticos, através do espectro político, emergiram para capitalizar o sentimento de insatisfação ou raiva (DODDS, 2019, p. 57). Por outro lado, cresce a teia de interdependência e coexistência que muda relações internacionais e geografias globais. Países têm de se adaptar a mais temas e fluxos que possuem habilidade de transcender fronteiras internas e soberanias, como mudanças climáticas, direitos humanos, tráfico de drogas e risco de aniquilação nuclear.

No caso do Brasil, manteve-se os estudos sob a ótica da geopolítica clássica. Tal fato é interessante e, para Dodds (2019, p. 43), se deve em grande medida ao fato de ter havido relações próximas de brasileiros com militares alemães e italianos. Oficiais brasileiros continuaram a ensinar e a publicar no campo da geopolítica mesmo com o fim da Segunda Guerra Mundial. “Em continente dominado por regimes militares por boa parte da Guerra Fria, a geopolítica floresceu sem muitas preocupações sobre suas conexões com o nazismo e políticas associadas a expansionismo espacial e domínios”. De fato, a rápida procura sobre cursos e publicações das escolas militares de alto nível como a Escola de Comando e Estado-

Maior do Exército (ECEME) indicam foco nos “pressupostos clássicos da geopolítica”, embora atentos às questões contemporâneas e ao olhar brasileiro.

Pode-se falar que ocorre então um “retorno da geopolítica”, tendo atores políticos menos preocupados com regras, valores liberais, apoio a instituições e cooperação. A tal “geoeconomia” se vê posta de lado com o retorno de uma agenda de protecionismo econômico em muitos países centrais, dos EUA a China e Rússia, com hostilidade a acordos de livre comércio, volta de políticas industriais de segurança nacional, como no caso dos semicondutores. A ordem internacional se torna pós-liberal e a arquitetura geopolítica se mostra muito dinâmica e desigual. Ideias de soberania e fronteiras voltam a ser centrais e crescem guerras civis, conflitos e mais pressões para acomodar refugiados, solicitantes de refúgio, e migrantes.

Para o cientista político estadunidense Ian Bremmer (2013), ocorre na realidade um **Recesso Geopolítico**, ou **G-Zero**. Pela primeira vez em sete décadas, não há liderança global de fato. Os EUA se veem às voltas com o combate partidário e uma dívida federal impagável. Enquanto isso, o G7 mal se mantém de pé. As organizações internacionais não mais refletem a verdadeira balança do poder político e econômico do mundo. Há, como Fareed Zakaria afirma, aqueles que alardeiam a “ascensão do resto”, mas Bremmer ainda não os vê com capacidade de liderar o esforço cooperativo necessário para enfrentar os muitos desafios transnacionais que demandam respostas multinacionais. “Se não o Ocidente, o restante ou as instituições que os reúnem, quem liderará? A resposta, por enquanto, é: ninguém – nem o outrora dominante G7, nem o ainda pouco operante G20. Ingressamos na era do G-Zero”. Vivemos, em sua opinião, portanto, um mundo em tumultuada transição, um interregno, “especialmente vulnerável a crises que surgem de repente e de direções inesperadas”, sobretudo sem capacidade de manter a paz.

A invasão russa à Ucrânia e o 7 de outubro

A invasão russa à Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022 e o ataque terrorista do Hamas contra o território sul de Israel em 7 de outubro de 2023, servem de pano de fundo para reflexão sobre a importância da geopolítica no tempo presente. Rússia e Irã – este último, principal apoiador do Hamas – se sentiam pouco à vontade com a

ordem global liberal ocidental pós-1991. Os passos que Rússia e Irã deram - seja envolvendo diretamente no caso do primeiro e indiretamente no caso do segundo - geraram escalada no conflito na forma de guerras que ainda se desenrolam. O *timing* de ambas as guerras se dá justamente por ausência de liderança política efetiva global, embora o poderio militar norte-americano seja ainda invencível da maneira tradicional. Esse panorama atual de guerras se deu com escala gradual e nunca de maneira direta, mas o objetivo da Rússia parece de novamente ser global player, e do Irã e se reconhecido como *hegemon* o Oriente Médio.

A invasão russa à Ucrânia em fevereiro de 2022 se deu oito anos depois do Kremlin ter ocupado a Crimeia e de ter atuado ativamente em diversos locais como a Chechênia (1999-2003), Geórgia (2008) e Síria (desde 2015). Essas atuações deixam claro o desejo russo do *status* de grande potência, capaz de formatar normas e regras não só na sua imensa vizinhança, mas no mundo todo. A “ascensão” russa não se deu, portanto, no vácuo.

Com o fim da URSS, “[o] urso machucado foi lamber suas feridas e recompor suas forças” (MELLO, 1999, p. 220). Três tradições geopolíticas se apresentaram à Rússia, então. Para a primeira, o país é parte da Europa e deve abraçar modelos europeus e desenvolvimento social e econômico. Para outra, trata-se de território distinto euroasiático, com forma particular de Estado e sociedade. Por fim, há aquela que diz que a Rússia é uma ponte entre a Europa e a Ásia. Durante a década de 1990, pareceu que a Rússia e o Ocidente tinham abordagens comuns, sobretudo para resolver conflitos intrincados. O fracasso na resolução da guerra da Chechênia de 1994 a 1996 – sua internacionalização não resolveu o conflito e gerou sentimento de humilhação russa frente aos rebeldes e ao Ocidente – e nas divergências sobre Sérvia e Kosovo estariam por trás de uma crescente contestação russa das normas liberais pós-Guerra Fria (LEWIS, 2023).

Vladimir Putin, líder da Rússia desde 1999, prioriza a importância da soberania e o status de grande potência russa, controlando sua vizinhança próxima. Permaneceu assim, o interesse em povos de fala russa e buscou a restauração da sua esfera de influência. Debate-se o peso do texto *The Foundations of Geopolitics: The Geopolitical Future of Russia*, do filósofo político russo Alexander Dugin, sobre essa mudança de paradigma. O pensamento russo em segurança internacional

moveu-se em direção diferente do da ONU, tanto por questões domésticas, quanto internacionais (com as chamadas “Revoluções coloridas” em 2003-2004 e a resolução 1973, em 2011) e, crescentemente, a violação de normas passou a ser, em grande medida, expressão de uma identidade nacional russa e de resistência. As contradições entre normas liberais e práticas liberais da guerra “ao terror”, liderada pelos EUA, aumentaram a acusação de hipocrisia (LEWIS, 2023, p. 658).

A percepção da Rússia de Putin parece ser que, seguir as normas do jogo se torna incompatível com seus interesses nacionais vitais. Cria-se então um modelo russo de gestão de conflito em que o “laboratório sírio” tem papel importantíssimo. Iniciado em setembro de 2015, tratou-se da primeira intervenção longe da vizinhança imediata desde a Guerra Fria. A Rússia procurou ser co-formatadora de normas globais contra ideias de democratização e mudança de regime, promovendo estabilidade do regime Assad e não interferência, atuando em um mix de violência e negociações. Propõe-se ainda nova abordagem de *peacebuilding* com o processo de Astana, envolvendo Rússia, Irã e Turquia, sendo este uma espécie de “novo multilateralismo”, com uma mudança para longe da coalizão diplomática liderada pelo Ocidente, para constelação flexível de potências regionais não-ocidentais na vizinhança imediata do conflito. Esse tipo de ação teria estabilizado o conflito e feito o Ocidente ter que negociar com a Rússia para tê-la como interlocutora-chave com a Síria.

Ganhou força, então, uma nova competição geopolítica, na qual a Rússia explora formas para desenvolver mecanismos sustentáveis e acessíveis para proteger e avançar seus interesses no mundo. Tem autoimagem de ser único fator de restrição em um mundo em caos crescente, no qual acredita que ordem é mais importante que justiça, que Estado é mais relevante que sociedade civil, e que autoridade é mais crucial que representação. Nada de mulheres ou sociedade civil nas negociações. Em outras palavras, a Rússia não leva em conta princípios democráticos de representação, mas simplesmente política de poder (LEWIS, 2023).

O Irã e o 7 de outubro de 2023 – Na manhã do *shabat* e festa de *Simchat Torá* de 7 de outubro de 2023, cerca de três mil terroristas do grupo Hamas invadiram por terra, água e ar, o território sul de Israel e assassinaram com extrema violência, e com projeção em inúmeras redes sociais, cerca de 1.200 pessoas – judeus

israelenses, palestinos israelenses, tailandeses, brasileiros e cidadãos ou concidadãos de mais de trinta nações – em *kibutzim*, cidades, e uma festa *rave*. Levaram ainda como reféns para a Faixa de Gaza cerca de 240 pessoas, entre civis, militares e trabalhadores estrangeiros. Para Israel, foi um fracasso da inteligência, uma vergonha em termos militares e um fiasco da atual gestão. O governo israelense reagiu ao 7 de outubro atacando, inicialmente por ar e depois por terra, a Faixa de Gaza, em uma guerra que continua a se desenrolar há 8 meses enquanto eu escrevo estas linhas. Mais de cem reféns ainda estão sob poder do Hamas. Acredita-se que mais de trinta e cinco mil civis palestinos – sobretudo mulheres e crianças – morreram, bem como cerca de duas centenas de soldados israelenses, enquanto a liderança militar do Hamas ainda se mantém escondida em túneis. Israel perdeu a pouca simpatia internacional e solidariedade que teve nos dias iniciais. Judeus do mundo todo se sentem ameaçados pela confusão entre antissionismo e antisemitismo, enquanto os EUA se veem implicados em um conflito que pode escalar a qualquer momento.

Há muitas formas de ler a ação do Hamas e, aqui, acho importante contextualizá-la como parte de um projeto iraniano mais amplo em desafio à ordem internacional liberal e aos EUA, em particular como parte da engrenagem que o governo iraniano denomina de “Eixo da Resistência”. O ex-agente da CIA, com experiência de mais de vinte anos no Oriente Médio, Robert Baer (2008), é fonte útil por indicar, há mais de uma década, o desenvolvimento de táticas e o pensamento estratégico do regime iraniano. Em sua avaliação, desde 1979, o Irã está em guerra com os EUA, embora nunca declarada e claramente ignorada por Washington. Para além da crise dos reféns em Teerã, houve papel do Irã nos bombardeios à embaixada dos EUA em abril de 1983, e ao quartel dos fuzileiros navais em outubro do mesmo ano. As Guardas Revolucionárias, criadas por Khomeini em 1979, ganharam experiência interna, tornando-se “um Estado dentro do Estado”, além de experiência externa, na guerra Irã-Iraque e, mais tarde, no Líbano. Mais para frente, a Força Al Quds se tornou seu braço de inteligência e ambas atuam na região. Os iranianos aprenderam com os erros, adaptaram táticas e estratégias e são, sobretudo, pacientes, transformando-se – e demandando reconhecimento como tal – *hegemon* do Oriente Médio. Desenvolveram tendência de usar armas não sofisticadas para

causar danos pesados e criaram uma rede regional baseada em sigilo, lealdade extrema, religiosidade e coragem: “morrem, mas não se entregam” (BAER, 2008).

Uma ordem sunita fundamentada nos interesses dos EUA no Oriente Médio – sobretudo na Arábia Saudita e no Paquistão – encontra-se em declínio, segundo essa visão, e o Irã, percebendo não poder vencer os EUA de maneira militar convencional, busca fazer a presença dessa potência no Oriente Médio (ou Ásia Ocidental, como o Irã prefere denominar a região) insustentável. Segundo a estratégia de Teerã, os EUA deveriam lutar ou se acomodar, uma vez que alianças, sanções e ameaças não funcionaram até agora e nem devem funcionar no futuro próximo. A presença dos EUA no Afeganistão e no Iraque, dois países fronteiriços do Irã, geraram temor e ampliação do engajamento com a região, em especial depois dos EUA invadirem o Iraque, facilitando ao Irã o acesso ao país. Por oito anos, o Irã falhou em derrotar o Iraque em guerra, mas em dois meses de 2003 os EUA lhes deram o que nunca haviam conseguido. Como lembra Baer (2008), foi a primeira vez na história que a Mesopotâmia foi cedida à potência hostil sem lutar de verdade e a primeira vez que xiitas governaram um país árabe desde os fatímidas no Egito no século XII.

Para o Irã, os árabes perderam quatro guerras para Israel. Saddam Hussein perdeu todas as guerras que lutou. Assim, o nacionalismo árabe teria fracassado, dando espaço para o “arco iraniano”, isto é, um país que passou de revolucionário a pragmático, calculista, e que quer vencer a ordem sunita. Um ator habilidoso no jogo das nações, que explora vácuos políticos, apela para pobres e despossuídos, com narrativa de guerra de defesa contra a ocupação e o colonialismo. Ou como frisa Suzanne Maloney (2024), país que “vê oportunidade no caos”.

O caso libanês foi o primeiro ensaio – e se tornou o modelo para demais ações do Irã — com o *Hizballah* fazendo uso de guerra de guerrilha contra exército treinado nos moldes ocidentais, no caso o israelense. Aproveitaram a experiência de guerrilha urbana gerada na guerra civil e aprimoram. A OLP passou, forçosamente, o manto da resistência palestina para o Irã. Os enviados pelo regime dos aiatolás juntaram o ressentimento e a raiva, a pobreza e a exclusão de palestinos e xiitas no Líbano, e reforçaram a imagem de que israelenses são, assim como os franceses eram, colonizadores. A retirada de Israel do sul do Líbano em 2000 foi interpretada como derrota e gerou sua perda de credibilidade de dissuasão e da habilidade de intimidar.

Em 2006, o Irã e seus aliados também se consideraram vitoriosos e entenderam que Israel poderia ser derrotado em guerra de atrito. Nos conflitos com Israel, o Hizballah procurou gerar reação extremada daquele país, levando a derramamento de sangue libanês e destruição, facilitando assim o acesso a novos recrutas e o recrudescimento da narrativa de que Israel pretendia reocupar o Líbano. O objetivo do Irã era ter um pé fincado no Líbano, mais do que atuar por si só no país. Teerã adaptou, inovou e testou novas armas no Líbano. Aprendeu que menor é melhor, desenvolveu tecnologia militar própria e garantiu que Hassan Nasrallah se tornasse o líder do "Estado dentro do Estado", que é o Hizballah no Líbano. Há quem diga que a modernização da guerra de guerrilha é um desenvolvimento militar tão importante quanto a primazia da metralhadora na Primeira Guerra Mundial ou do carro de combate na Segunda Guerra Mundial (BAER, 2008 p. 96).

Os iranianos passaram a replicar sua campanha no Líbano pelo Oriente Médio, cultivando diversos grupos (MALONEY, 2024). No caso do Iraque, os aiatolás atuaram através de milícias xiitas, ganharam as eleições de 2005 e com desbaratamento do exército e da polícia secreta, passaram a circular nas cidades sagradas do xiismo, Najaf e Karbala, praticamente anexaram Basra, além de se infiltrarem nos serviços de segurança e nas forças armadas. Se valeram também da destruição de clérigos xiitas moderados como aqueles que achavam que não deveria haver mistura entre religião e política. Souberam gerir o caos e isso se deu no Iraque debilitado por corrupção e guerra civil, demonstrando ainda que imperialismo dos EUA não funciona (BAER, 2008). Passaram a ter domínio do Iraque sem precisar invadir, mas através de *proxies* e espalhando convicção religiosa e usando novas formas de guerrilha aprendidas no Líbano. Fizeram os EUA se envolverem em uma guerra sem fim no Iraque que drena recursos e os fazem relutantes em entrar em outro conflito no Oriente Médio. E ao fazê-los se envolverem no Iraque, os mantinham distante de seus aliados na Síria, do Hizballah e do Hamas. E mais importante: os EUA atolados no Iraque não atacariam o Irã. Não declararam vitória, porém.

Desde o fim da guerra Irã-Iraque, o Irã passou a querer sequestrar a **causa palestina**. Tinha dificuldades em acessar o Hamas, mas em 1992 Israel o fez cair nas mãos do Irã ao expulsar mais de quatrocentas lideranças do grupo para o Líbano. O Irã passou a se apresentar como único capaz de ajudar os palestinos a vencerem

Israel, com recursos, armas e compartilhando muitas das táticas que aprenderam do Líbano ao Iraque. Entre estas estão o uso de túneis, comunicações seguras, sigilo, se esconder a plena vista, carros-bomba, quebra de códigos do inimigo, uso de explosivos e eletrônicos. Converteram o uso do terrorismo em luta militar tradicional, e hoje o Hamas tem oficialato, forças especiais, armamentos sofisticados e muito do que aprendeu com o Irã, e com o Hizballah, foi visto no “sucesso” do ataque do Hamas à Israel em 7 de outubro. Uma rápida pesquisa nas redes sociais da *PressTV*, a rede internacional iraniana que publica em inglês e se diz “a voz dos sem voz”, dá conta do enorme esforço de se descrever a visão de resistência antissionista do Aiatolá Khomeini, mesmo em sua juventude. Os 45 anos da revolução islâmica, celebrados em 2024, têm sido recorrentemente ligados ao fim do governo Pahlevi e da hegemonia ocidental, de apoio aos palestinos e de luta contra Israel.

O Irã é país com grande dependência ainda em relação ao petróleo, tem economia ineficiente, desemprego e uma população extremamente jovem (75% da população tem menos de 25 anos). Mesmo assim regime parece ter autoimagem como país mais estável e poderoso do Oriente Médio, com apetite por hegemonia, crença de que está mais forte para desafiar o domínio dos EUA, e visão de que todas as apostas dos EUA no Oriente Médio foram erradas: Xá, Iraque, Arábia Saudita e Israel. Já dominam indiretamente o Líbano, o Iraque, o Iêmen e agora Gaza. Para o jornalista do *New York Times*, Thomas Friedman, esses funcionariam como “quatro porta-aviões” iranianos, para enfrentar os dois porta-aviões de fato que os EUA enviaram para a região a fim de proteger seus interesses no início da guerra Israel X Hamas⁵. O “porta-avião” iemenita em especial parece ter poder de fazer com que a crise localizada no Oriente Médio novamente volte a ser global, como foi o choque do petróleo em 1973. Com armamentos fornecidos pelo Irã, ou armamentos rudimentares, fazem ataques a navios no Mar Vermelho que impactam no comércio internacional, aumentando período de viagens e gasto de frete e de combustível, além de diminuir arrecadação do Egito.

Considerações Finais e Recomendações

⁵ https://www.youtube.com/watch?v=3L2l3a_6aKA Acesso em 12/6/2024

Como pontuam os praticantes da Geopolítica Crítica, há múltiplas histórias, culturas e tradições geopolíticas. Nos interessa notar, a partir do Brasil, porém, que mesmo aqueles que dizem lutar no panorama internacional contra a ordem global liderada pelo Ocidente, apesar da retórica, não estão necessariamente atuando de maneira a levar em consideração de fato ações que podem ser entendidas como imperialistas, ou se importam com o impacto sobre mulheres e crianças ou populações nativas, que no geral são as principais vítimas dos conflitos mundo afora, de todos os lados.

É digno de nota que Rússia e Irã contam com importantes agendas anti-estadunidenses que atraem esquerdas e críticos em geral da hegemonia dos EUA e sua clara hipocrisia em relação às agendas de defesa da democracia, dos direitos humanos e do multilateralismo. A Rússia no novo milênio, depois de hiato dos anos 1990, e o Irã desde sua revolução em 1979, são atores que querem modificar profundamente a ordem liberal pós-1945 podendo talvez ser entendidos como “Estados revisionistas”. Não se deve perder de vista, porém, o quanto os projetos russo e iraniano são também eivados de imperialismo, xenofobia, preconceito, misoginia e com articulações mesmo em nossa região mais próxima. Nas eleições presidenciais brasileiras de 2022, muito se falou de apoio que ativistas da esquerda brasileira buscaram justamente nos EUA sob liderança de Joe Biden^{6,7}. Biden, de imediato, ainda reconheceu e parabenizou Lula pela eleição. É fato que instituições brasileiras se mostraram fortes e resilientes, mas sempre pairarão dúvidas sobre como poderia ter se dado a transição no Brasil caso Donald Trump governasse ainda os EUA.

A perda de poder dos EUA e sua disfuncionalidade parecem visíveis ao não serem capazes de fazer cessar as guerras correntes. A questão a partir do Brasil é como se manter/projetar relevante internacionalmente frente a ainda gigante polarização interna do país, a ainda tímida economia e, apesar de críticas decoloniais e anti-imperialistas na academia e em redes sociais, há pouco conhecimento que de fato temos e compartilhamos entre nós sobre a história e a atualidade política,

⁶ <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/governo-biden-teria-atuado-para-defender-processo-eleitoral-brasileiro-diz-financial-times.ghtml> Acesso em 6/2/24

⁷ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/diretor-da-cia-pediu-a-governo-bolsonaro-para-nao-interferir-nas-eleicoes-dizem-fontes/> ; <https://www.dw.com/pt-br/defesa-dos-eua-pede-respeito-%C3%A0-democracia-no-brasil/a-62606085>

econômica, militar e diplomática de regiões não-ocidentais e de lentes analíticas feministas, subalternas, não brancas. Isso sem mais uma vez lembrar a falta de diversidade ainda existente nos quadros do próprio Itamaraty e o fato de que o MRE brasileiro nunca teve uma chanceler mulher.

Tendo em vista estas questões, eis minhas recomendações:

- 1) O mundo a que volta Lula e seu assessor de assuntos internacionais, Celso Amorim, é muito diferente dos dois mandatos iniciais. Vladimir Putin e Sergei Lavrov, o presidente e o chanceler da Rússia, respectivamente, são dos poucos que ainda se mantém nos cargos desde então. A Rússia de então ajudava a formar os BRICS e ainda não parecia ter dado guinada em que a violação das normas se torna expressão de identidade nacional e resistência. O posicionamento do Brasil a respeito desse país claramente revisionista da Ordem Internacional gera debates e ansiedades. Se por um lado já há número expressivo de sinólogos brasileiros com ampla vivência na China e domínio de seu idioma, e importantes instituições como CEBC, IBRACH, Observa China, para além do Núcleo Ásia do CEBRI, fortemente calcado em China, parece haver, ainda, menos conhecimento acadêmico, militar e diplomático sobre a Rússia do que o necessário. A invasão à Ucrânia em 2022 deixou isso bem claro pela pouca densidade dos debates públicos que se desenrolaram desde então. Para o historiador Heitor Loreiro, a Rússia é, e sempre foi, uma grande potência e a exceção foi a Rússia ter ficado fora do jogo nos anos 1990, fazendo pouco sentido o mundo ficar assustado com o ativismo de Putin. Apesar de narrativa decolonial e interesse no mundo além-Occidente, aparentemente Itamaraty, governo e academia, compraram discurso do fim da História de que a Rússia foi derrotada na Guerra Fria, havendo assim poucos especialistas capazes de nos ajudar a melhor nos municiarmos para entender melhor aquele país. O MRE poderia liderar iniciativa de estimular mais estudos e congregar os independentes e consistentes já existentes.
- 2) O mundo a que volta Lula ainda tem o mesmo aiatolá Khamenei com as rédeas do poder no Irã. “Parte clérigo, parte mediador, parte comandante

militar, e parte chefe da polícia” (BAER, 2008, p. 126), ele é o único poder executivo no Irã e o seguidor de Khomeini mais habilidoso em termos políticos, sabendo controlar as Guardas Revolucionárias e a polícia secreta. Se em passagem anterior, o Brasil atuou com a Turquia, sobre o projeto nuclear iraniano, hoje fica claro que apesar da retórica de ainda almejá-lo, o Irã se consolidou como potência regional através de forma não convencional de guerra, ou seja, através de guerra assimétrica e de *proxies*. Foi assim no Líbano de onde vieram tantos imigrantes para o Brasil; foi assim no Iraque, onde empresas brasileiras tanto atuaram nos anos 1970 e 1980; e é assim na parte da Palestina governada pelo Hamas desde 2006, a faixa de Gaza, de onde o governo brasileiro conseguiu retirar seus nacionais com tanta dificuldade depois do 7 de outubro. O Irã apela crescentemente para famintos e insatisfeitos e lança mão de mensagem anticolonial que parece infalível, embora um olhar mais atento indique que exista na realidade um projeto de poder próprio entendido inclusive por alguns como imperial. Se de fato vencerem os EUA pelo cansaço e as tropas norte-americanas se retirarem do Golfo, o primeiro país a cair nas mãos do Irã provavelmente será o Bahrein, por ter 70% da sua população xiita, ter forças armadas mais cerimoniais que eficientes, e por ter feito parte da Pérsia no passado (a família Al Khalifa teria se associado com Grã-Bretanha para governá-lo). Trata-se de ilha sem petróleo, mas que o Irã percebe como parte integrante de seu território, talvez comparável à Taiwan para China. Seria interessante pensar cenários desse tipo caso a guerra em Gaza se estenda a ponto de adentrar um possível futuro governo Trump e ele se decidir se retirar do Oriente Médio.

- 3) Condolleeza Rice e Amy Zagart (2018) falam que entre os riscos políticos para além de mudança climática e riscos econômicos principais, as atenções devem se voltar justamente para as questões geopolíticas. Guerras interestatais, mudanças de grandes potências, sanções econômicas multilaterais e intervenções aparecem como principais preocupações. O mais importante, porém, é que apesar dos governos serem primordiais, eles não são os únicos a ter importância. Qualquer um com celular ou contas em redes sociais pode criar riscos políticos galvanizando

ações de outros cidadãos, consumidores, grupos organizados e políticos profissionais em níveis locais, estaduais, federais ou internacionais. O risco político e geopolítico está em qualquer lugar: nas casas, nas ruas, na nuvem, em *chat rooms*, em dormitórios ou conselhos. Todos podem contribuir e fazer circular sua própria interpretação de geopolítica popular, como ficou bem claro com os casos ucraniano e do Hamas aqui tratados. A internet, e as redes sociais em particular, são também *fronts* de muitas guerras e é em especial fascinante seguir os canais oficiais da China (CGTN), da Rússia (Sputnik) e do Irã (PressTV e IRNA News Agency), mais do que para nos informarmos, mas para entendermos como querem que o mundo ocidental seja visto e como interpretam questões geopolíticas atuais. A sugestão aqui seria de ressaltar esse caráter popular da geopolítica, seja de todos poderem não só se posicionar como também serem alvos de campanhas de informação, ou desinformação, como também como possibilidade de ampliar às discussões a respeito no Brasil. Já há plataformas dignas de nota como o Blog do Paulo Filho, o Boletim Geocorrente, e os podcasts Xadrez Verbal e Petit Journal. O tema poderia se fazer mais presente, porém, em podcasts e outras iniciativas de maior visibilidade que a FUNAG tem criado.

Referências:

ACHARYA, Amitav; ESTEVADEORDAL, Antoni; GOODMAN, Louis W. *Multipolar or multiplex? Interaction capacity, global cooperation, and world order*. In: *International Affairs*, 99: 6 (2023) 2339-2365

ALLISON, Graham. *A caminho da guerra: Os EUA e a China conseguirão escapar da armadilha de Tucídides?* Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

BAER, Robert. *The devil we know: dealing with the new Iranian superpower*. NY: Crown Publish, 2008.

BREMMER, Ian. *O fim das lideranças mundiais*. São Paulo: Saraiva, 2013

DODDS, Klaus. *Geopolitics*. Oxford University Press, 2019

LEWIS, David. *Contesting liberal peace; Russia's emerging model of conflict management*. In: *International Affairs* 98: 2 (2022)

MALONEY, Suzanne. *Iran's Order of Chaos*. In: *Foreign Affairs*, May/June, 2024.

MELLO, Leonel. Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec, 1999

NEWMAN, Edward; GĚZIM, Visoka. *The Geopolitics of State Recongnition in a Transitional International Order*. In: *Geopolitics*, 2023, vol 28, n.1, pp. 364-391

RICE, Condoleezza; ZEGART, Amy B. *Political Risk*. NY/Boston: Twelve, 2018

SCHINDLER, Seth; ALAMI, Ilias; DICARLO, Jessica; JEPSON, Nicholas; ROLF, Steve; BAYIRBAG, Mustafa Kemal; CYUZUZUO, Louis; DEBOOM, Meredith; FARAHANI, Alireza F.; LIU, Imogen T.; MCNICOL, Hannah; MIAO, Julie T.; NOCK, Philip; TERI, Gilead; SEOANE, Maximiliano Facundo Vila; WARD, Kevin; ZAJONTZ, Tim Zajontz, ZHAO, Yawei. *The Second Cold War: US-China Competition for Centrality in Infrastructure, Digital, Production, and Finance Networks*. In: *Geopolitics*, (07 Sep 2023)